



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

1 Deputado Independente- Fernando Domingos dos Santos;-----

1 Deputado Municipal do CDS- António José Mendes Pinto Farrajota;-----

1 Deputado Municipal do BE- Rogério Rochinha Jesus Ferreira (em substituição de Carlos José da Silva Martins);-----

Também estiveram presentes o **Presidente da Câmara**, Vítor Aleixo e os **Vereadores**, Pedro Pimpão, Heloísa Madeira, Abílio Sousa, Ana Machado, Carlos Carmo, Marilyn Zacarias, José Graça e Horácio Piedade.-----

Apresentaram pedido de suspensão de mandato:-----

Os **Deputados Municipais do PS**, Rosana Corga Fernandes Durão, tendo a mesma sido substituída respetivamente por Manuel Vitorino Correia Inácio, Maria Esteves Ferreira Lourenço, tendo a mesma sido substituída respetivamente por Marco Jorge de Freitas Matos Ferreira.-----

O Deputado Carlos Filipe Gabriel de Sousa (Presidente da Junta de Freguesia de S. Clemente), comunicou impedimento em estar presente designando como seu substituto legal, ao abrigo do art.º 30.º, n.º3 do Regimento da Assembleia Municipal de Loulé, Luis Manuel Amélio Pinguinha.-----

O **Deputado Municipal do PSD**, Duarte José de Sousa Duarte, tendo o mesmo sido substituído respetivamente por Fábio Manuel da Silva Bota.-----

O **Deputado Municipal do BE**, Carlos José da Silva Martins, tendo o mesmo sido substituído respetivamente por Rogério Rochinha Jesus Ferreira.-----

Tendo sido verificada pela Mesa da Assembleia a existência de quórum deliberativo, o senhor **Presidente da Assembleia Municipal**, deu início à Sessão, com a seguinte Ordem de Trabalhos:-----

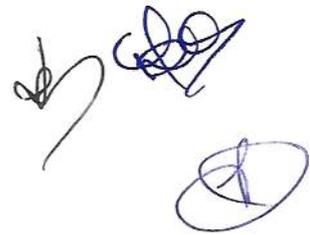
-----**Ordem de Trabalhos**-----

1-Intervenção do Público*;-----

2-Aprovação de Atas;-----

3-Informação sobre Expediente e Requerimentos;-----

4-Período de Antes da Ordem do Dia;-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

5-Moções;-----

6-Período da Ordem do Dia;-----

a)- Proposta 29/2020- Deliberação relativa à Aprovação da Composição e Designação de Júri, do Procedimento Concursal para recrutamento para o cargo de Chefe de Divisão da Ação Climática e Economia Circular, nos termos do disposto no artigo 13.º da Lei n.º 49/2012, de 29 de Agosto; [Proposta da Câmara Municipal n.º 972-2020] (plataforma smartgov.cm-loule.pt);-----

b)- Proposta 30/2020- - Deliberação relativa à Retificação à Alteração ao Mapa de Pessoal de 2020, que consta nos anexos à presente Proposta e dela fazem parte integrante, nos termos da alínea a), do n.º 2, do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de Setembro; [Proposta da Câmara Municipal n.º 889-2020] (plataforma smartgov.cm-loule.pt);-----

c)- Proposta 31/2020- Deliberação relativa à 2.ª Alteração Orçamental Modificativa da Despesa, 2.ª Alteração Modificativa ao Plano Plurianual de Investimentos e 2.ª Alteração Modificativa ao Plano de Atividades Municipais, nos termos previstos na alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, na redação atual; [Proposta da Câmara Municipal n.º 900-2020] (plataforma smartgov.cm-loule.pt);-----

d)- Proposta 32/2020- Deliberação relativa a Compromissos Plurianuais - Abertura de Procedimentos Contratuais, conforme estabelecido na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, na redação atual [Proposta da Câmara Municipal n.º 901-2020] (plataforma smartgov.cm-loule.pt);-----

e)- Proposta 33/2020- Deliberação relativa à Área de Reabilitação Urbana do Centro Histórico de Quarteira - Reaprovação da Delimitação e Aprovação de Programa Estratégico de Reabilitação, de acordo com o n.º 1 do art.º 17.º do DL 307/2009, de 23 de Outubro, alterado pela Lei nº 32/2012, de 14 de Agosto; [Proposta da Câmara Municipal n.º 978-2020] (plataforma smartgov.cm-loule.pt);-----

f)- Proposta 34/2020- Deliberação relativa à Aprovação do Projeto de Regulamento Municipal do Direito à Habitação do Município de Loulé, nos termos da alínea k), do n.º 1, do art.º 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, na sua redação atual; [Proposta da Câmara Municipal n.º 998-2020]



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

(plataforma smartgov.cm-loule.pt);-----

g)- **Apreciação da Informação** relativa à **Apresentação do Relatório de Avaliação do Grau de Observância do Respeito e Garantias** previsto no **Estatuto do Direito de Oposição (Lei n.º 24/98, de 26 de Maio)**, respeitante ao ano de 2019, nos termos da Lei n.º 24/98, de 26 de Maio; [Proposta da Câmara Municipal n.º 935-2020] (plataforma smartgov.cm-loule.pt);-----

h)- **Apreciação da Informação** relativa à **Prorrogação do prazo do Procedimento de Revisão do Plano Diretor Municipal de Loulé (PDM)**; [Proposta da Câmara Municipal n.º 883-2020] (plataforma smartgov.cm-loule.pt);-----

***INFORMAÇÃO:** O Público que queira participar nesta Sessão (os lugares serão limitados a 30), deverá inscrever-se previamente para o email: aml@cm-loule.pt, até às 17horas do dia 30 de Julho de 2020.

Esta Sessão Extraordinária poderá ser acompanhada em direto, a partir das 21h00, através do canal YouTube, "Assembleia Municipal de Loulé".

Uso obrigatório de máscara.

Foram iniciados os trabalhos;-----

O Senhor **Presidente da Assembleia**, deu início aos trabalhos desta sessão, lembrando aos presentes que a mesma esta sendo gravada e transmitida em direto no Canal Youtube.-----

No seguimento do que está previsto no Regimento, como existe um elemento da Mesa em falta, nomeadamente a Senhora 1ª Secretária Rosana Durão, cabe ao Presidente da Mesa, convidar um Deputado e desta forma convidou a Senhora Deputada Maria José Vasques, para integrar a Mesa, nesta sessão.-----

Foi feito um breve esclarecido aos presentes, que por força da situação que nos encontramos, por questões de saúde pública, existem restrições grandes relativamente à utilização dos espaços e funcionamento de órgãos desta dimensão esta sessões, tiveram que ser realizadas no Cineteatro.-----

Esta sessão, teve um número record de solicitações de cidadãos para poderem assistir, e atingidos aquela que é a limitação para este espaço, levou a que se contabilizasse um número limite de 30 inscrições. Deste modo foram informados os restantes cidadãos que teriam que ficar em lista de espera, e que poderiam



[Handwritten signatures and initials]

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

estar aqui hoje a partir de um determinado horário e as pessoas que se tinham inscrito primeiro, teriam que chegar até esse determinado horário, para que se caso não o fizessem, essa vaga pudesse ser atribuída a outras pessoas que estavam em lista de espera.-----

Há um conjunto de pessoas que vão falar e outro conjunto delas que ficam à espera que algum dos outros cidadãos, nos informasse que não ia usar da palavra. Hoje vão haver 9 pessoas a intervir do público, e o Regimento da Assembleia neste ponto é bem claro, diz que no Período de Intervenção do Público, não só para intervenções, mas para aquilo que são o período de respostas, tem a duração máxima de 30 minutos, e dado que existem 9 pessoas para intervir, tendo sido proposto aos membros da Comissão Permanente, que fosse distribuído a cada elemento do público, 3 minutos, sendo que a Câmara Municipal com a Mesa, na resposta às questões que forem colocadas irão articular. Se os munícipes no publico, entenderem que este tempo não é o necessário, para apresentarem a situação que querem colocar à Assembleia, poderão ficar pré-inscritos para a próxima sessão da Assembleia Municipal, que deverá ocorrer no mês de Setembro.-----

A necessidade de restringir o tempo, tem não só a ver com a agenda, mas com as regras de funcionamento desta Assembleia.-----

Existem ainda outras possibilidades que é, podem apresentar as suas questões por escrito.-----

Alertou os intervenientes para que façam um esforço para cumprir à regra o tempo que lhes é estipulado para intervir.-----

Passou-se ao primeiro ponto da OT;-----

1-Intervenção do Público*;

Como primeira intervenção usou da palavra o cidadão **Arq.º João Ferreira**, que começou por congratular o Dr. Hugo Nunes, pelas suas novas funções como Presidente da Assembleia Municipal.-----

Mencionou que gostaria de dar a mão à palmatória, e corrigir uma imprecisão na sua última intervenção, em que tinha mencionado tinha recebido um telefonema do Conselho de Disciplina da Ordem dos Arquitetos, pela voz da Senhora Ex-Presidente desse Conselho, em que recentemente após de ter recebido um email da própria, reuniu com a mesma sobre a matéria, tendo sido esclarecido pelas partes, todas as dúvidas. Reitera que não foi pela Ex-Presidente desse órgão, mas sim por outro membro.-----

Em relação à temática exposta na última sessão, referiu que tem verificado uma desvalorização dos factos por parte da Senhora Vereadora Heloísa Madeira, e



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

um tratamento VIP por parte da Senhora Vereadora Heloísa Madeira, em relação ao Arq.º Marcelo. Disse ter ficado surpreendido pelas palavras do anterior Presidente da Assembleia, dizendo eu já havia reclamações anteriores, que se um projeto for de um determinado Gabinete, passa sem dificuldades e se for de outro já não. Referiu que espera que não se oponha a que sejam consultados os projetos deste arquiteto, porque se precisa perceber, porque são tão rápidos na sua tramitação, e perceber se existe um técnico camarário predominante a dar informações técnicas.-----

Referiu também que gostaria de ver outras irregularidades detetadas, questionando as Senhoras Veradoras Heloísa Madeira e Marilyn Zacarias, o que tem a dizer sobre ter colocado nos quadros desta Câmara, uma não arquiteta a desempenhar as funções de Arquitecta desde 2017, a qual tem vindo a emitir informações técnicas e de atendimento ao público, usurpando desta forma as funções de Arquitecto. Irá haver impugnação deste concurso, contendo ilegalidades e tendo prejudicado outros arquitetos, que não entraram tendo estes habilitações como arquitetos.-----

Foi dada a palavra à cidadã **Maria Helena Baião**, começando por deixar uma palavra de especial louvor, ao Senhor Professor Adriano Pimpão, pelo seu sentimento de dever pela nobreza, da sua atitude que teve sempre em relação ao público, à forma como interveio sempre a favor dos cidadãos e como procurou democratizar todos os processos como era seu dever, enquanto Presidente da Assembleia Municipal e como era sua vontade.-----

Os assuntos que a trazem a esta Assembleia, enquanto cidadã Maria Helena Baião, são 2 situações que queria deixar registadas, uma delas prende-se com uma situação de alarme, que aconteceu em Quarteira, que constituiu numa agressão gravíssima a um cidadão que estava numa esplanada, tendo sido atacado fisicamente, a murro e pontapé, em pleno dia.-----

A policia foi chamada ao local e fez todos os possíveis dentro das suas possibilidades, para que os cidadãos em causa fizessem queixa, ao que nenhum deles quis fazer. As pessoas têm medo de fazer queixa.-----

Disse ainda que espera que a tragédia de Santo Tirso, não se repita no concelho de Loulé, porque já referiu várias vezes o assunto dos animais.-----

Foi dada a palavra à cidadã **Josiana Isabel**, que referiu que o tema que a trouxe cá, foi a falta de habitação, principalmente dentro das camadas mais jovens, sendo um dos maiores problemas dos nossos tempos.-----

Referiu que a CML tinha assumido como uma das suas primeiras prioridades, a Habitação, e neste sentido, aprovou a Estratégia Local de Habitação 2019-2030.



Handwritten marks and signatures in the top right corner, including a signature and a circled mark.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Desenvolveu-se entre outros, o Primeiro Direito, Programa de Apoio ao acesso à habitação e foi desenvolvida também a Lei de Bases, e nesse sentido terão as autarquias um papel de destaque e complementar. Questionou que indiquem com rigor, o diagnóstico da situação, onde e incluiu os objetivos, as prioridades, as medidas concretas com as estimativas de custo.-----

Questionou o Executivo Camarário, se esta Estratégia Local de Habitação, já foi avaliada pelo Instituto de Habitação e Reabilitação Urbana e qual o ponto da situação.-----

Foi posteriormente cedida a palavra ao cidadão **Jorge Rodrigues de Jesus**, Presidente do Partido Chega da Distrital, que abordou novamente a questão da dualidade de critérios na análise dos projetos na Divisão de Urbanismo, de grandes irregularidades. Há cidadãos que se dirigem aos serviços desta Câmara Municipal, e se diz " se isso vier assinado pelo técnico tal, nós aprovamos. Se vier assinado pelo técnico tal, não assinamos". Estranha o silêncio do senhor Presidente da Câmara Municipal, sobre esta matéria.-----

Disse estar atento à transparência do Programa de Urbanismo 2020-2030, e terminou proferindo a frase "a verdade é filha do tempo".-----

No seguimento usou da palavra o cidadão **Samuel da Silva Martins**, que abordou a questão do roubo da alfarroba, alertando que a situação é grave, porque os proprietários são roubados nas árvores e à chegada da colheita, sob ameaça de violência. Referiu a situação de um idoso de 80 anos, que foi agredido violentamente na zona de S.Brás, roubaram-lhe 300 kg de alfarroba que trazia no trator, não referindo quem roubou com receio de represálias.-----

A situação é dramática, as pessoas têm medo de colher o que é seu e estarem a trabalhar nas suas próprias terras, e sentem-se abandonadas. A Câmara tem de defender o modo de vida destas pessoas. Solicitou à Câmara Municipal que fiscalize as carrinhas junto aos locais de venda, fiscalização dos compradores, o que compram, a quantidade e o que têm em armazém. Qua a Câmara crie um grupo de patrulhamento ou Policia Municipal, nos caminhos rurais, que auxilie o produtor e que a alfarroba roubada seja entregue ao produtor. A GNR deve visitar os acampamentos que têm mais alfarrobas empilhadas que muitos produtores e perguntar a proveniência das mesmas, contratos de arrendamento desse terreno, para se perceber se são roubadas ou não.-----

Em seguida foi cedida a palavra à cidadã **Nuria Rey**, que começou por dizer que é residente no concelho, estudante de Património Cultural e Arqueologia na Universidade do Algarve e que acompanha de perto os trabalhos desenvolvidos pelo município na área do património cultural.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Questionou o Executivo sobre o desenvolvimento do projeto que irá promover e valorizar o património cultural do município, tratando-se da musealização dos banhos islâmicos.-----

Questionou igualmente se ainda existe o envolvimento e a colaboração da Universidade do Algarve, no desenvolvimento do projeto.-----

Em seguida foi cedida a palavra ao cidadão **Adelino da Rocha**, que abordou a questão do ingresso nos Quadros da Câmara, da Sra. Margarida Leote Gonçalves Costa, sendo verificado que não está inscrita na Ordem dos Arquitetos. O n.º 1 do art.º 44.º do Estatuto da Ordem, estabelece que independentemente das atividades exercidas e só os arquitetos inscritos na Ordem, podem no território nacional, na categoria de Técnico Superior, tendo o concurso requerido licenciatura em arquitetura, não pedindo qualquer prova para a ocupação das funções a exercer. Aquando um estudante, termina a licenciatura, é legalmente formado em estudos arquitetónicos e não em arquiteto e só o é quem está inscrito na Ordem dos Arquitetos e neste caso necessita de ter completado também o mestrado.-----

Para responder às questões solicitadas, foi dada a palavra à Senhora **Vereadora Heloísa Madeira**, começou por dizer que relativamente às questões que foram aqui mais uma vez trazidas pelo arquiteto João Ferreira, disse que nunca tinha proferido tais palavras que o senhor lhe imputa, nunca se referiu ao seu gabinete, como sendo um pequeno gabinete", porque não o conhece, e não tem que proferir qualquer tipo de declaração nem de afirmação sobre o mesmo.-----
Relativamente à questão que colocou sobre a possibilidade de consultar processos, é óbvio que essa possibilidade existe, desde que manifeste interesse na referida consulta.-----

Quanto à tentativa de marcação de reuniões com a sua pessoa e que tal pedido não foi atendido, disse se se há coisa que tenta fazer, é atender o máximo de pessoas possível. Reconhece que os serviços de urbanismo e o pelouro que tem, têm muitas solicitações, sendo nesta fase COVID mais difícil receber as pessoas em condições adequadas, mas sempre primou a sua atitude por receber todos, quando não sendo possível recebe-los presencialmente, telefonicamente, nunca tendo fechado a sua porta a ter reuniões com ninguém e o sr. Arq.º João Ferreira, sabe disso muito bem.-----

Disse ainda não partilhar da opinião, que o concelho de Loulé, seja um exemplo de ineficiência, não sendo nem mais nem menos do que o espelho que temos por todo o país. Trata-se de um concelho com uma pressão imobiliária muito grande, em que há muitos projetos a entrar diariamente e em que os técnicos escasseiam como em toda a função pública.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Este Executivo e o anterior, tiveram um trabalho enorme, para recrutar técnicos superiores para estes serviços, e que principalmente no último ano, em que se verificou um aumento exponencial dos projetos entrados novos, houve uma diminuição e uma saída de técnicos para outros departamentos e para outras entidades públicas, e também por razões pessoais, dos técnicos a prestar serviço para a Divisão de Urbanismo.-----

Informou ainda que em 2017, entraram 593 processos novos na Divisão de Urbanismo e havia 25 técnicos superiores; em 2018, entraram 663 processos novos e havia 26 técnicos superiores no urbanismo, em 2019, entraram 780 processos novos e temos 20 técnicos superiores. Neste momento e até hoje e com o COVID, entraram 368 processos novos e estão 16 técnicos superiores ao serviço, estando 3 dos quais com licença de maternidade.-----

Estão a ser tomadas as necessárias providencias para reestruturar o serviço, passando por procedimentos de mobilidade, muitos deles ficando desertos e lançados novos. Têm sido concentrados muitos esforços em dar uma resposta efetiva aos munícipes.-----

A Senhora Vereadora **Marilyn Zacarias**, na qualidade de Vereadora da Gestão de Pessoas, ao se ter feito aqui uma afirmação acerca de uma contratação, colocou-se em causa um concurso, envolvendo uma arquiteta, será averiguada essa situação. O referido concurso foi aberto em Janeiro de 2017, o Executivo tomou posse no dia 1 de Outubro de 2017, tendo a Ata referente a esse concurso sido homologada em Outubro. Irá verificar o que foi aqui proferido, e a resposta será dada posteriormente por escrito.-----

Para responder às questões colocadas, usou da palavra o Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, e começando pela cidadã Helena Baião, sobre uma ocorrência de um ato de violência, num espaço público. Agradeceu ter aqui trazido a participação com a ocorrência em si, embora considere que estas situações infelizmente acontecem. Para isso existe a polícia, que no exercício das suas competências, tem que proteger a segurança dos cidadãos.-----

Disse que fará chegar ao comando da autoridade policial que é a GNR.-----

Em relação á intervenção da Josiana Isabel, que trouxe um conjunto de considerações relativamente ao problema da habitação, o problema de acesso à habitação, existe a nível nacional e internacional, nomeadamente a nível da Europa.-----

Já foi aprovada uma Estratégia Local de Habitação, em que já foram feitos estudos de mercado, identificadas necessidades, qual o perfil das pessoas que pretendem habitação no concelho de Loulé. O município de Loulé, tem um grupo de trabalho que está a produzir um trabalho continuo. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Informou ainda que brevemente abrirá um Concurso Público para o arranque da construção dos primeiros fogos, que será em Salir, 16 fogos de habitação, cujo projeto está concluído. Foi adquirido um loteamento na cidade de Loulé, e que os projetos já estão bastante desenvolvidos, para construir mais de uma centena de fogos de habitação.

A Câmara de Loulé, pauta-se por cumprir as leis e as regras, no sentido de ajudar aqueles que têm salários muito baixos e que nunca terão uma habitação condigna, assim como os jovens.

Passou-se ao ponto seguinte;

2-Aprovação de Atas;

Não existem Atas para aprovação.

3-Informação sobre Expediente e Requerimentos;

Neste ponto o Senhor Presidente da Assembleia, informou da documentação chegada à Assembleia Municipal, nomeadamente um Ofício da STAL, dando nota que vai intensificar a sua luta pela regulamentação do Suplemento de Risco. Um Ofício da Ordem dos Arquitetos da Seção Regional do Sul, respeitante a um assunto já abordado pelo cidadão João Ferreira.

Foi indicado pela Senhora 2.^a Secretária, Joana Conceição, que estão presentes 35 deputados, 23 da Bancada do PS, 9 da Bancada do PSD, 1 do BE, 1 do CDS e 1 Independente.

4-Período de Antes da Ordem do Dia;

Solicitou a palavra a Senhora Deputada Helena Baptista (PS), referindo que a sua questão se prende com a educação, que neste momento estamos numa fase nas escolas, extremamente difícil, uma vez que as Direções das Escolas, os professores não estão de férias, têm que preparar e organizar tudo.

Questionou sobre qual a previsão do numero de criança que vão entrar no sistema, no próximo ano letivo e como vai ser feito o seu enquadramento? Saber se há algum planeamento relativo a equipamentos educativos para o futuro, para o ano 2021-2022, onde em que sítio, saber quais as freguesias onde há uma maior pressão.



[Handwritten signature]

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Foi dada a palavra ao Senhor Deputado **Fábio Bota (PSD)**, que começou por felicitar o novo Presidente empossado Hugo Nunes, por este mandato na Assembleia Municipal.-----

Questionou o Senhor Presidente da Câmara Municipal, se tem saído do seu gabinete para ver o que se passa no concelho de Loulé, uma vez que Loulé nunca esteve tão mal em termos económicos e sociais, ao qual o Executivo "fecha os olhos".-----

Referiu alguns casos, nomeadamente o investimento de mais de 15 milhões de euros em obras que deveriam ser financiadas pelo atual Governo da Nação, tais como, o QDOS de Faro, construção das Novas Instalações das Secretas e instalações do INEM no Algarve, e pretende ainda gastar 13 milhões num Pavilhão em Almancil, quando há pessoas a dormir na rua.-----

Gasta 240 mil euros em azulejos, em 2 obras de arte, uma junto à Biblioteca e outra irá ser colocada em Quarteira, quando há pessoas como fome em Loulé. Gastou 150 mil euros numa escultura, na Rotunda do liceu, em Loulé e prepara-se para gastar 140 mil euros, noutra escultura, na rotunda para Salir. Pretende gastar 16 milhões de euros, no Biomedical Center de Investigação, para um consórcio privado, o ABC, que deveria ser feito tal investimento se existir o Hospital Central do Algarve. Deve repensar os investimentos em Loulé.-----

As Avenidas Sá Carneiro e Mota Pinto em Quarteira, poderá constatar in loco a falta e manutenção nos espaços verdes e falta de iluminação.-----

A realidade deste Executivo é que as pessoas não estão primeiro e muita gente ficará para trás.-----

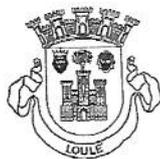
Estamos a falar de 44 milhões de euros, que o PSD, investiria em saneamento básico, creches, habitação social e manutenção de infraestruturas.-----

Usou da palavra o Senhor Deputado **Rogério Rochinha (BE)**, que começou por congratular o novo Presidente da Assembleia Municipal, esperando sinceramente que seja possível levar a bom porto, esta nova tarefa, do qual foi incumbido.-----

A Assembleia Municipal é o órgão fiscalizador do Executivo, dando o exemplo da Assembleia Municipal de Albufeira., nomeadamente a construção de um lar e Centro de Dia e a construção de fogos na freguesia de Paderne.-----

Depois da aprovação da Lei 75/2013, continua-se a não ter transferência de competências para as Juntas de Freguesia, exemplificando com a questão das Passadeiras na cidade de Quarteira, umas com mobilidade e outras não.-----

Congratulou-se ainda por ter sido aprovada por unanimidade na Assembleia de Freguesia de Quarteira, uma Proposta no sentido da transferência de competências para a freguesia.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Questionou sobre qual o ponto de situação do Pavilhão Municipal de Quarteira, em relação ao Centro Cultural de Quarteira. Eo que está o Gabinete de Apoio às freguesia neste momento a fazer.-----

Foi dada a palavra ao Senhor **Deputado João da Conceição (PSD)**, que referiu que a sua questão é dirigida ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, que deu entrada nos serviços sem uma única resposta, fez um pedido de uma reunião com a Senhora Vereadora, novamente por telefone a 1 de Julho, tendo sido a resposta "o agendamento só se verifica necessário, quando houver resposta dos técnicos, e a pessoa não foi recebida.-----

Referiu-se a um processo que tem na Câmara Municipal, com o n.º 53/2019 e que desde o passado mês de Fevereiro, que não tem uma palavra da Câmara, que tem a obrigação de responder aos cidadãos.-----

Não há atividade económica, porque o Departamento de Urbanismo, impede a atividade económica.-----

O Senhor **Deputado Calçada Correia (PS)**, desejou os votos de um profícuo trabalho ao Senhor Presidente desta Assembleia Municipal. Teceu algumas considerações à pandemia que temos entre mãos. O Algarve sempre tem sido tratado pelo poder central como um parente pobre e que tem criado alguns constrangimentos à nossa reunião.-----

Foi cedida a palavra à Senhora **Deputada Bárbara Correia (PSD)**, que se referiu à questão da habitação, está cheia de "0" conteúdo.-----

Os louletanos estão preocupados com a manifesta falta de soluções, e a Estratégia aqui aprovada, foi e é absolutamente insuficiente, 7 anos sem um único fogo construído.-----

Os jovens não estão contemplados nesta Estratégia aprovada e s propostas que o PSD fez, não foram acolhidas.-----

Referindo-se à intervenção da cidadã Núria Rey, reitera o pedido como está o projetos dos banhos islâmicos, e se há ou não a colaboração da Universidade do Algarve.-----

O Senhor **Deputado Fernando Santos (Independente)**, disse folgar em ver o atual Presidente da Assembleia Municipal, nesse lugar, tendo a clara consciência, que o Senhor Presidente, irá dirigir os trabalhos com muito equilíbrio.-----
Este Executivo, sempre se preocupou com a habitação, o qual foi o parente pobre do seu primeiro mandato.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Foram tecidas algumas considerações pelo **Deputado Marco Ferreira (PS)**, referiu-se ao projeto da 2º fase do Parque Municipal de Loulé, enalteceu algumas medidas de proteção da saúde e a prevenção da doença, e a melhoria da vida da saúde das pessoas, contrariando a lógica economicista.-----

Ressaltou o reforço de mais médicos de família, no SNS assim como novas e renovadas infraestruturas com obras de adaptação nas unidades de saúde de Almancil e Quarteira, assim coo o novo grande edifício para a Saúde em Loulé.----

O desenvolvimento do SNS numa lógica da sua qualificação, preparando o melhor para o futuro.-----

Posteriormente o Senhor **Deputado Ricardo Lampreia (PSD)**, felicitou o Senhor Presidente da Assembleia, por esta novas funções, e como representante desta Assembleia, junto da Fundação António Aleixo, compete-lhe divulgar os fundamento económico financeiros da Fundação, apresentando uma estrutura global muito equilibrada e no período de 2019, que ronda os 70 mil euros positivos. Um volume de negócios que ronda os 2 milhões, um ativo líquido de 1 milhão e 800 mil euros, e não tem passivo não corrente e apresenta em disponibilidades financeiras, valores que são muito aceitáveis. Deste modo fez votos para que o próximo ano, também apresente resultados muito parecidos dentro destes parâmetros.-----

Manifestou uma certa desilusão, como habitante na freguesia de Almancil, concretamente no sítio das Escanxinas, sendo que finalmente abriu o troço daquela estrada, de cerca de 800 m, que liga a Rotunda da Floresta à nova rotunda das Escanxinas, devendo a estrada ter sido feita mais larga, porque da forma que está feita não favorece ninguém, nem empresários nem população.-----

O Senhor **Presidente da Assembleia**, agradeceu a apresentação feita pelo Senhor Deputado em relação à Fundação António Aleixo.-----

De seguida usou da palavra o Senhor **Deputado Rogério Rochinha (BE)**, referindo que o Algarve precisa de regionalização e a municipalização que está a ser levada a cabo até ao final deste ano, está a cortar a possibilidade de regionalização.-----

Foi cedida a palavra à Senhora **Vereadora Ana Machado**, para responder às questões, formuladas pela Senhora Deputada Helena Baptista, nomeadamente sobre as crianças na JI da rede pública, estima-se cerca de 1860, na rede solidária 457, o que significa 25 salas de rede solidária e 72 salas mais 7 salas novas este ano em Quarteira, uma na Francisca de Aragão e mais 6 salas nas antigas instalações da GNR que estão a ser preparadas depois de devidamente validadas pela tutela.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Teceu algumas considerações relativamente ao novo ano escolar em situação de pandemia que estamos a atravessar, e foi outorgado uma "Estratégia de Adaptação da Comunidade Educativa do Concelho de Loulé, em tempos de pandemia COVID-19" -----

Informou ainda que será construída uma nova Escola Básica integrada, Quarteira para 2022, outra em Loulé, com mais 10 salas e um aumento de 8 salas na Escola Eng.º Duarte Pacheco e ainda uma Creche em Quarteira, com capacidade para 120 crianças. Teceu mais algumas considerações relativamente às escolas.-----

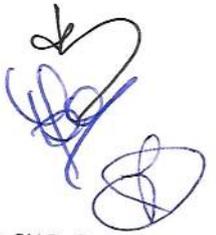
Para responder às questões colocadas, usou da palavra a Senhora **Vereadora Heloísa Madeira**, para esclarecer o que tinha sido aqui afirmado pelo Deputado João Guerreiro, o que não corresponde à verdade. O que foi transmitido a esse munícipe, que interpelou a sua secretária para uma reunião, foi que eu iria tomar as devidas providências para o processo ser informado tão breve quanto possível, e logo que isso ocorresse era mais produtivo ter a reunião. Até lá era da opinião que não havia necessidade de ter a reunião, porque não tinha informação técnica sobre o assunto. O que foi transmitido é que o assunto estava a ser informado e tão breve quanto possível, haveria uma informação técnica e depois disso, iria agendar uma reunião, para discutir o assunto.-----

Foi cedida a palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, para responder à questão da cidadã relativamente aos "banhos islâmicos" que as obras estão a correr bem. Estas obras são fundamentais, para colocar Loulé no mapa do Património Nacional, sendo eu os banhos encontrados em Loulé, e que estão a ser intervencionados para musealizar.-----

Os cidadãos do concelho sabem que podem contar com o Executivo Municipal, que tem dado provas ao longo desta pandemia, que tem estado à altura das situações e que tem trabalhado nesse sentido.-----

Enumerou ainda alguns dos investimentos da Câmara Municipal no domínio da Proteção Civil, habitação e cultura.-----

Solicitou intervenção, a Senhora **Presidente da União de Freguesias, Margarida Correia**, para esclarecer a questão do jantar realizado na sua freguesia, referindo que já está habituada em algumas situações mais formais e de protocolo, a sua pessoa e a sua freguesia ser esquecida, o seu comentário de esclarecimento à população, com alguma indignação da não-presença da Presidente da União de Freguesias, o seu comentário foi que "...em termos de Protocolo, de não ser informada da visita do Senhor Presidente da República".-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Usou da palavra o Senhor **Deputado Mário Botelho (PSD)**, que lembrou que o PSD na altura que exerceu funções, na liderança do Dr. Seruca Emídio, construiu cerca de 20 fogos em Quarteira, 31 fogos em Loulé e 6 fogos em Salir. Este Executivo é que em 7 anos de mandato não fez um único fogo, e arrecadou 800 milhões de euros.

5-Moções:

Não existem Moções para apresentar.

Passou-se ao ponto seguinte;

6-Período da Ordem do Dia;

a)- Proposta 29/2020- Deliberação relativa à Aprovação da Composição e Designação de Júri, do Procedimento Concursal para recrutamento para o cargo de Chefe de Divisão da Ação Climática e Economia Circular, nos termos do disposto no artigo 13.º da Lei n.º 49/2012, de 29 de Agosto; [Proposta da Câmara Municipal n.º 972-2020] (plataforma smartgov.cm-loule.pt);

Pediu a palavra o Senhor **Deputado Mário Botelho (PSD)**, para dizer que a questão do PSD, relativamente a esta proposta, não haveria por parte da Câmara, que este cargo fosse preenchido por uma pessoa dos quadros da Câmara Municipal, evitando assim mais um custo para o erário público.

A Proposta foi colocada à votação;

a)- Proposta 29/2020- Deliberação relativa à Aprovação da Composição e Designação de Júri, do Procedimento Concursal para recrutamento para o cargo de Chefe de Divisão da Ação Climática e Economia Circular, nos termos do disposto no artigo 13.º da Lei n.º 49/2012, de 29 de Agosto; [Proposta da Câmara Municipal n.º 972-2020] (plataforma smartgov.cm-loule.pt); foi aprovada por maioria, com 23 votos a favor, 2 votos contra, 9 votos em branco e 1 voto nulo.

Passou-se ao ponto seguinte;

b)- Proposta 30/2020- Deliberação relativa à Retificação à Alteração ao Mapa de Pessoal de 2020, que consta nos anexos à presente Proposta e dela fazem parte integrante, nos termos da alínea a), do n.º 2, do artigo 3.º do



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de Setembro; [Proposta da Câmara Municipal n.º 889-2020] (plataforma smartgov.cm-loule.pt);-----

A Proposta foi colocada à votação;-----

b)- Proposta 30/2020- Deliberação relativa à Retificação à Alteração ao Mapa de Pessoal de 2020, que consta nos anexos à presente Proposta e dela fazem parte integrante, nos termos da alínea a), do n.º 2, do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de Setembro; [Proposta da Câmara Municipal n.º 889-2020] (plataforma smartgov.cm-loule.pt); foi aprovada por maioria, com 34 votos a favor e 1 abstenção.-----

Passou-se ao ponto seguinte;-----

c)- Proposta 31/2020- Deliberação relativa à 2.ª Alteração Orçamental Modificativa da Despesa, 2.ª Alteração Modificativa ao Plano Plurianual de Investimentos e 2.ª Alteração Modificativa ao Plano de Atividades Municipais, nos termos previstos na alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, na redação atual; [Proposta da Câmara Municipal n.º 900-2020] (plataforma smartgov.cm-loule.pt);-----

Para a apresentação da Proposta, foi dada a palavra ao Senhor Vice-Presidente, Pedro Pimpão, referiu que existe uma rúbrica nova que foi incluída, que tem sido muito falada, que faz parte do programa eleitoral do próprio PS, e que enquanto Governo Local, tem sido introduzido com grande esforço orçamental, apesar da conjuntura que atravessamos.-----

Está a ser feito um trabalho, do ponto de vista de todos os serviços camarários, ao nível da Educação, Proteção Civil e questões relacionadas com a área da saúde, nomeadamente com os idosos, a ampliação da Extensão de Saúde de Almancil e de Quarteira.-----

Referiu ainda a construção da Escola EB 1 das Hortas de Santo António 2 em Loulé e da Escola EB 1 em Quarteira.-----

Usou da palavra o Senhor Deputado Rogério Rochinha (BE), que questionou como irá ser financiada a questão da Rede Digital, como irá ser financiada, se só pela Câmara ou se terá alguma participação ou não nesta matéria.-----

Aparecem cerca de 650 mil euros, divididos por 4 anos, até 2025 e questionou como irá ser participado.-----

Disse ainda que gostaria de ter acesso ao Relatório da MCA, que através de um contrato em Outubro de 2019, celebrado entre a Câmara Municipal e a MCA para



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

a avaliação desta matéria e se tudo isto irá aumentar ou não o sinal de internet no interior algarvio.-----

Foi cedida a palavra ao Senhor **Presidente da Junta de Freguesia de Alte, António Martins**, que parabenizou a Câmara Municipal pela iniciativa do Programa Digital para o interior, e para fazer sentir a todas as pessoas presentes o quão importante para as zonas do interior, que não têm rede móvel nem internet e de criar rede de telemóvel para as zonas do interior e agradeceu esta iniciativa-----

De imediato foi cedida a palavra ao Senhor **Deputado Mário Botelho (PSD)**, que se congratulou pela iniciativa e que está inteiramente com a intervenção do Senhor Deputado António Martins. A deslocação das empresas para o interior do município era de todo impossível sem uma rede de internet por cabo, que permita às empresas transportar dados de um lado para o outro. Levar as empresas para as freguesias do interior do município sempre foi um desejo do PSD.----- Grande parte dos anseios e desejos que o PSD tem referido aqui, nomeadamente, o abastecimento de água, construção de escolas e de Lares.----- Relativamente ao Quadro Plurianual e a calendarização entre 2020 /2021, constata que o ano 2021, por alguma razão representa 65% do investimento total, o que na sua opinião é por ser ano de eleições autárquicas.-----

Para uma intervenção, usou da palavra o Senhor **Deputado Calçada Correia (PSD)**, que referiu que esta alteração modificativa, não prevê qualquer aumento no Orçamento Municipal, no entanto esta alteração, reforça a dotação financeira de 35 rúbricas de investimento e da inclusão de 5 novas rúbricas. A questão que se coloca é que para se introduzir novas e reforçar outras rúbricas de investimento, sem aumento de orçamento, outras terão que ser adiadas ou abandonadas em termos de calendário de investimento.-----

A obra da requalificação da Rua do Clube Náutico e da Rua da Botelha, na Marina, esta requalificação vem desde 2013, sendo aqui abordada e que em 2016, tem sido inscrita em orçamento e agora com uma verba de 1 milhão e 405 mil euros.

A Proposta de Compromissos Plurianuais para 2018, já estava para compromissos de 155 mil euros para 2018, e 250 mil euros para 2019. A obra está prevista iniciar-se em 2021 e que seja desta vez que a obra seja feita e que vá finalmente por diante.-----

Tomou a palavra o Senhor **Presidente da Câmara**, que sublinhou o projeto no seu total, orça mais de 2 milhões e 300 mil euros, que é a questão da acessibilidade digital no interior. Para resolver o problema da falta de atratividade do interior do concelho de Loulé, é aqui que está o centro da questão.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Com esta decisão a Câmara Municipal vai criar mercado administrativamente, onde a economia de mercado não funciona, onde a lógica do capitalismo, não serve as necessidades das pessoas. Deste modo serão criados dispositivos de alerta, para os idosos poderem comunicar com os lares, com os centros comunitários, as crianças terão tablets e portáteis, serão criadas estações metereológicas, detetores de fogos florestais. Será criada toda uma planófia, cujo trabalho assenta em cima de uma rede de comunicações e será criada a acessibilidade digital no interior do concelho de Loulé, onde foram investidos mais de 2 milhões e 300 mil euros e em breve será aberto o Concurso.-----

Vilamoura está com muito investimento público, nomeadamente a Av.^a da Alameda, a Rua do Clube Náutico, irá depender do dinheiro que a autarquia irá gastar na saúde pública dos nossos concidadãos irá evoluir.-----

Existem obras que neste momento irão ficar em Standby, porque já foi gasto muito dinheiro com o problema da saúde, cerca de 4 milhões de euros e não se sabe quanto mais teremos que gastar e há que ter prudência a gerir o dinheiro que é de todos. Algumas coisas terão que esperar e esta é uma delas.-----
Informou ainda qua a obra da Rua do Sol vai avançar, já tem visto do Tribunal de Contas e está previsto começarem os trabalhos no início de Setembro.-----

Para complementar algumas respostas o Senhor **Vice-Presidente, Pedro Pimpão**, referiu que em relação ao contrato da MCA, está-se a assessorar a construção do procedimento de contratação do Programa Digital.-----

A distribuição de verbas é o custo do ponto de vista de compensação do investimento, e trata-se do custo de serviços associados a esta lógica, estações metereológicas, da questão das escolas e das questões de saúde.-----

Em relação à questão do acesso a fundos, neste momento é totalmente financiado pelo Orçamento Municipal.-----

Pediu para intervir o Senhor **Deputado Rogério Rochinha (BE)**, dizendo que temos que nos congratular com a Rede Digital, uma questão que tem vindo a ser falada desde há muitos anos, para que as pessoas, venham finalmente a ter acesso à internet e a outras coisas que não têm.-----

A Proposta foi colocada à votação;-----

c)- Proposta 31/2020- Deliberação relativa à 2.^a Alteração Orçamental Modificativa da Despesa, 2.^a Alteração Modificativa ao Plano Plurianual de Investimentos e 2.^a Alteração Modificativa ao Plano de Atividades Municipais, nos termos previstos na alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, na redação atual; [Proposta da Câmara Municipal



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

n.º 900-2020] (plataforma smartgov.cm-loule.pt); foi aprovada por maioria, com 27 votos a favor e 7 abstenções.-----

Passou-se ao ponto seguinte;-----

d)- Proposta 32/2020- Deliberação relativa a **Compromissos Plurianuais Abertura de Procedimentos Contratuais**, conforme estabelecido na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, na redação atual [Proposta da Câmara Municipal n.º 901-2020] (plataforma smartgov.cm-loule.pt);-----

A Proposta foi colocada à votação;-----

d)- Proposta 32/2020- Deliberação relativa a **Compromissos Plurianuais Abertura de Procedimentos Contratuais**, conforme estabelecido na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, na redação atual [Proposta da Câmara Municipal n.º 901-2020] (plataforma smartgov.cm-loule.pt); foi aprovada por maioria, com 27 votos a favor e 7 abstenções.-----

Passou-se ao ponto seguinte;-----

e)- Proposta 33/2020- Deliberação relativa à **Área de Reabilitação Urbana do Centro Histórico de Quarteira - Reaprovação da Delimitação e Aprovação de Programa Estratégico de Reabilitação**, de acordo com o n.º 1 do art.º 17.º do DL 307/2009, de 23 de Outubro, alterado pela Lei nº 32/2012, de 14 de Agosto; [Proposta da Câmara Municipal n.º 978-2020] (plataforma smartgov.cm-loule.pt);-----

A Senhora Vereadora **Heloísa Madeira**, fez a apresentação da Proposta, que se baseia na definição em relação à Área de Reabilitação Urbana do Centro Histórico de Quarteira, já foi objeto de análise na Comissão Especializada de Ordenamento do Território, encontra-se limitado e publicado em Diário da República, desde 2016. O que se pretende agora é definir a operação de Reabilitação Urbana sistemática e o respetivo Plano Estratégico.-----

Uma intervenção integrada de reabilitação urbana de uma área dirigida ao investimento urbano e associar um programa de investimento público.-----

As ações de reabilitação devem ser realizadas preferencialmente pelos respetivos proprietários e nestas para além destes deveres de reabilitação, que intendem sobre os proprietários, as intervenções tendentes à execução, devem



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

ser ativamente promovidas pelas entidades gestoras, que neste caso é o município de Loulé.-----

As opções estratégicas, associadas a este Plano, são reintegrar o Centro Histórico no tecido da cidade, promover a articulação territorial dos núcleos de Quarteira e Vilamoura, promover a qualificação de Quarteira como destino turístico e impulsionar o processo de regeneração urbana. Fomentar a reabilitação dos edifícios, a introdução de novas valências em edifícios de valor patrimonial, é um outro objetivo, e garantir a qualidade urbana, sendo estes 3 objetivos traduzidos em 8 medidas. Algumas delas estão em curso, nomeadamente a realização de vistorias aos edifícios, levantamento de todo o edificado em toda a área, organização e atualização matricial de toda a área imobiliária. A reabilitação do antigo Casino, para um espaço comunitário, para atividades diversas, a reabilitação do espaço do atual Mercado da Fruta, para um espaço de atividades culturais e recreativas e depois seguem-se várias medidas de requalificação de espaço público, sendo a mais significativa a requalificação do espaço público do Largo das Cortes Reais e do Mercado, mais conhecido como a 3ª fase do Passeio das Dunas e que vai integrar o espaço do Mercado de Quarteira.-----

Referiu ainda a criação de um parque de estacionamento recentemente inaugurado na Rua Gago Coutinho com 76 lugares de estacionamento, num investimento público, na ordem dos 778 mil euros com a requalificação de toda aquela área e do espaço público envolvente.-----

Este Programa Estratégico traduz uma estimativa de investimento público na ordem dos 8,5 milhões de euros e de um investimento privado na ordem dos 6 milhões de euros.-----

O prazo de execução do mesmo, cifra-se em 8 anos, e a entidade gestora é o município de Loulé.-----

A Assembleia Municipal, deliberou por unanimidade na Sessão Extraordinária de 4 de Fevereiro, a abertura do período de discussão pública, foi publicado em 21 de Fevereiro em Diário da República a abertura do período de discussão pública, não tendo sido registada nenhuma participação ou reclamação, por parte de eventuais interessados.-----

O IHRU (Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana), emitiu o seu parecer favorável ao Programa Estratégico da Operação de Reabilitação Urbana Sistemática da ARU do Centro Histórico de Quarteira, cuja aprovação é da competência da Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal.-----

Atendendo ao disposto do artigo 15.º deste Regime Jurídico, que exige que o Plano Estratégico seja aprovado com um prazo dentro de 3 anos após a delimitação considerou esta Câmara de remeter para a Assembleia, uma proposta de delimitação da reaprovação da ARU do Centro Histórico de Quarteira (tal



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

como já tinha sido delimitado em 2016) e a aprovação do respetivo Programa Estratégico da ORU Sistemática da ARU do Centro Histórico de Quarteira.-----

O Senhor Deputado **Mário Botelho (PSD)**, usou da palavra, para questionar se esta Proposta de Reabilitação, da virtude que esta Proposta terá para Quarteira, está muito degradada e precisa de uma estruturação de remodelação urbana e a nível paisagístico e questionou à Senhora Vereadora, sendo que aquela zona predominantemente habitada por pessoas de uma determinada idade, que não têm possibilidades económicas de poder reestruturar a sua habitação, o qual implica dotar o município de ferramentas que podem de forma coerciva, obrigar as pessoas à venda forçada ou à expropriação. Para quem não tem possibilidades económicas para poder alterar o seu património, o que é que a Câmara Municipal de Loulé, pensa fazer?-----

Pedi a palavra o Senhor Deputado **João Conceição (PSD)**, e na sua intervenção disse que de um modo geral e como cidadão de Quarteira e munícipe preocupado com a evolução, quer da freguesia em geral, quer da cidade, e do tecido urbano. A cidade de Quarteira, encontra-se abandonada pelo seu Executivo.----- Este Plano é fundamental para a recuperação para a melhoria da imagem da cidade e do município. Fez um pedido de atenção especial a esta situação da freguesia de Quarteira, uma vez que se encontra em estado de abandono de uma forma geral.-----

Usou da palavra a Senhora Vereadora **Heloísa Madeira**, para esclarecer as questões colocadas pelo Senhor Deputado Mário Botelho, relativamente à situação apresentada. Esclareceu que relativamente à questão que colocou, existem várias linhas de financiamento. Mediante o preenchimento de alguns formulários e em situação extrema, também existem linhas de apoio no Loulé Solidário, para reabilitação de habitação. E como sempre a Câmara, tem estado ao lado dos seus munícipes, para dar resposta às suas necessidades.-----

e)- Proposta 33/2020- Deliberação relativa à Área de Reabilitação Urbana do Centro Histórico de Quarteira - Reaprovação da Delimitação e Aprovação de Programa Estratégico de Reabilitação, de acordo com o n.º 1 do art.º 17.º do DL 307/2009, de 23 de Outubro, alterado pela Lei n.º 32/2012, de 14 de Agosto; [Proposta da Câmara Municipal n.º 978-2020] (plataforma smartgov.cm-loule.pt); foi aprovada por unanimidade.-----

Passou-se ao ponto seguinte;-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

f)- Proposta 34/2020- Deliberação relativa à Aprovação do Projeto de Regulamento Municipal do Direito à Habitação do Município de Loulé, nos termos da alínea k), do n.º 1, do art.º 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, na sua redação atual; [Proposta da Câmara Municipal n.º 998-2020] (plataforma smartgov.cm-loule.pt);-----

O Senhor Presidente da Assembleia, informou que este assunto, foi objeto de uma sessão técnica de apresentação do documento a todos os membros da Assembleia Municipal e Executivo.-----

Solicitou a palavra o Senhor Deputado Rogério Rochinha (BE), que disse que finalmente a apresentação deste Regulamento surge, o BE já tinha feito uma proposta em 2019, para que rapidamente se fizesse um Regulamento para atribuição de habitação.-----

Esta aprovação é para envio para discussão pública, e depois durante a discussão pública, o BE irá intervir nesta discussão.-----

Pedi para usar da palavra o Senhor Deputado Fernando Santos (Independente), que expressou que relativamente a este assunto, gostou muito de ler este Regulamento, ficou admirado com a qualidade deste documento porque está muito bem elaborado.-----

Contudo referiu que para aquelas pessoas mais carenciadas, aquelas que não têm sequer recibos de rendas, nomeadamente cidadãos estrangeiros, estão excluídos e não estão apoiadas neste Regulamento.-----

O Senhor Deputado Mário Botelho (PSD), Na sua intervenção referiu que este assunto é algo que o PSD se tem debatido ao logo dos últimos anos aqui nesta Assembleia Municipal. Congratulou o Executivo Municipal, por ter dado este passo neste sentido, porque ter casa para morar condignada, é um direito que assiste a todos os portugueses e simultaneamente uma incumbência do Estado Central e do Estado Local e do Governo Local, que tem o dever constitucional de assegurar condições de habitabilidade, ao nível das infra-estruturas básicas aos cidadãos como direito consagrado. A falta de habitação no município de Loulé, tem sido uma das preocupações, com qual o PSD de Loulé, através da sua Bancada, na Assembleia Municipal, nos últimos 3 anos de forma reiterada, tem alertado o Executivo Municipal para os problemas sociais e económicos que daí advêm e que têm impedido o desenvolvimento harmonioso do município de Loulé.—
A consagração do Regulamento Municipal do Direito à Habitação do Município de Loulé, é na realidade um pequeno passo, um pequeno contributo para o bom



Handwritten signatures and initials in blue ink.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

caminho que este município tem de percorrer, até que consiga alcançar um patamar, pelo qual não pode a Bancada do PSD, deixar de se congratular.-----

"A Proposta de Recomendação do PSD, é que neste sentido, pelo anterior exposto, vem o Grupo Municipal do PSD, recomendar ao Executivo Municipal que rapidamente concretize as ações de que é responsável na Estratégia Local de Habitação, como promotor direto das soluções habitacionais, ou outras quaisquer matérias previstas, para este Regulamento e que não passe de um mero panfleto político, mas sim, um verdadeiro Plano de Habitação."-----

Usou da palavra o Senhor **Deputado Abel Matinhos (PS)**, que referiu que a habitação constitui um pilar base de todos os cidadãos, sendo o acesso a uma habitação de dimensão adequada, com condições de higiene e conforto e que preserve intimidade pessoal e privacidade, como consta da Constituição da República Portuguesa, disposto no n.º 1 do art.º 65.º. Trata-se de uma ferramenta essencial para a diminuição das assimetrias sociais. Segundo o INE, o preço médio da habitação no Algarve é superior à média nacional, tendo atingido o valor de 1668€ m², no 1º trimestre de 2020.-----

2221€ é o preço por m² no nosso concelho, tendo este valor vindo a aumentar ao longo dos últimos anos, sendo este valor resultado de vários fatores.-----

O Executivo, desenvolveu esta Estratégia Local de Habitação, aprovada em 2019, neste contexto e seguimento, foi apresentado agora o Regulamento Municipal do Direito à Habitação do Município de Loulé. Este Regulamento tem 3 procedimentos de atribuição; subsídio de arrendamento habitacional, regime de renda apoiada e o regime de renda acessível.-----

Disse ainda que era importante salientar que este Regulamento e esta Estratégia, que este Regulamento suporta, teve em consideração a coesão social, que teve em consideração o nosso interior, onde foram aplicadas medidas de discriminação positiva, com o objetivo de atrair e fixar pessoas, nestes territórios mais despovoados. Posto tudo isto a Bancada do PS, regozija-se deste avanço com as políticas municipais do direito à habitação, bem como a visão política assente nestes documentos.-----

O Senhor **Deputado Fernando Santos (Independente)**, fez algumas considerações quanto à rapidez com que este processo avançou num curto espaço de tempo.-----

Para as alegações finais, o Senhor **Presidente da Câmara**, usou da palavra para dizer que há uma grande pressão na Câmara Municipal para que estes dossiers da habitação avancem, porque estas questões levam muito tempo a preparar.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Teceu algumas considerações a um dossier que no seu anterior mandato tinha entregue onde constava a criação de 101 fogos, e que o Executivo PSD em 12 anos, apenas construiu 57.-----

A Estratégia Local de Habitação, prevê até ao ano 2030, resolver o problema a cerca de 1400 famílias no concelho de Loulé.-----

A autarquia está a trabalhar rápido e bem, para resolver o problema da habitação no concelho de Loulé às pessoas com mais dificuldades económicas, jovens em início de vida, médicos, enfermeiros, investigadores que queiram vir viver para Loulé.-----

Pediu a palavra o Senhor **Deputado Seruca Emídio (PSD)**, que começou por felicitar a indigitação do Senhor Dr. Hugo Nunes, para Presidente da Assembleia Municipal de Loulé, manifestando igualmente a sua solidariedade com o Deputado Joaquim Vairinhos por não ter sido escolhido para essas funções.-----

A habitação foi um assunto muito abordado nesta sessão da Assembleia Municipal de Loulé, porque na sua opinião é porque está a chegar ao fim o 2º mandato deste Executivo Municipal, sem que tenha sido feito uma única habitação social no concelho de Loulé. Dedicou-se a outras áreas, fez outras coisas, teve outras prioridades.-----

O Executivo PSD em 12 anos, fez o que pode, 50% foram feitas e agora não há nada para apresentar. Para se fazer, tem que se planear com muita antecedência, não é a 1 ano de eleições que se consegue fazer este planeamento, para fazer o que quer que seja.-----

Se a Câmara tivesse programado adquirir terrenos, planeado, construído, certamente prestaria um serviço muito melhor, de melhor qualidade, mais barato, para mais famílias e ficaria melhor visto.-----

O Senhor **Presidente da Câmara**, respondeu ao Senhor Deputado Seruca Emídio, dizendo, que se os senhores tivessem feito aquilo que este Executivo fez, de preparar um dossier de candidatura com muito trabalho feito, que tivéssemos chegado aqui e o tivéssemos recebido de suas mãos, de certeza que neste momento já teríamos muitas habitações construídas, mas os senhores não o fizeram, não só não o fizeram, como aqueles 101 fogos que estavam previstos construir, em 12 anos, construíram apenas 57.-----

Este Executivo tem um Gabinete de Estratégia para Habitação, neste momento a trabalhar com técnicos em full-time e à data foram adquiridos vários terrenos. Um loteamento completo no valor de 1,5 milhões de euros, estão a ser elaborados projetos, já foram recuperadas 2 casas na freguesia do Ameixial, disponíveis para atribuir. Será lançado um concurso para elaborar os primeiros 16 fogos em Salir. Existe um Regulamento feito para regular o acesso à habitação, por isso



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

está trabalho feito neste sentido.-----

Terminou dizendo que a maior alegria que terá, de muita alegria de qualquer autarca, poder ter uma família no seu gabinete e dizer "está aqui a sua chave para a sua casa. Seja feliz!-----

Usou da palavra o Senhor **Deputado Fábio Bota (PSD)**, referindo que o que o PSD receia é que alguns investimentos sejam postos em causa, nesta altura em que estamos na nossa vida. Relativamente à questão da habitação e que se a Câmara começa a comprar e a alugar casas, o que vai acontecer é que a especulação imobiliária vai aumentar. Como este Executivo tem dinheiro disponível na Câmara Municipal, está a tentar colmatar um problema que existe com dinheiro.-----

Questionou se as pessoas que tiveram a infelicidade ou felicidade de comprar um apartamento ao banco, se acontecer algum problema, existe ou não alguma previsão ou algo no Regulamento que preveja esses problemas para essas pessoas, que fizeram a aquisição desse imóvel.-----

Para responder à questão colocada pelo Senhor Deputado Fábio Bota, o Senhor **Presidente da Câmara**, esclareceu que essa questão está prevista no quadro do Regulamento Loulé Solidário, onde qualquer família em crise, pode dirigir-se à Câmara Municipal e se cumprir as condições daquele Regulamento, em situação de dificuldade económica extrema, a Câmara ajuda a pagar as rendas dos alugueres das casas, água atrasada, consultas médicas, etc., ainda há pouco tempo foi reforçado com mais meio milhão de euros, para reforçar o Regulamento Loulé Solidário, para ajudar as famílias.-----

f)- **Proposta 34/2020- Deliberação relativa à Aprovação do Projeto de Regulamento Municipal do Direito à Habitação do Município de Loulé**, nos termos da alínea k), do n.º 1, do art.º 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, na sua redação atual; [Proposta da Câmara Municipal n.º 998-2020] (plataforma smartgov.cm-loule.pt); foi aprovada por unanimidade.-----

O Senhor **Presidente da Assembleia**, informou que as alíneas g) e h) transitarão para apreciação numa próxima Sessão da Assembleia Municipal.-----

g)- **Apreciação da Informação relativa à Apresentação do Relatório de Avaliação do Grau de Observância do Respeito e Garantias previsto no Estatuto do Direito de Oposição (Lei n.º 24/98, de 26 de Maio)**, respeitante ao ano de 2019, nos termos da Lei n.º 24/98, de 26 de Maio;



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

[Proposta da Câmara Municipal n.º 935-2020] (plataforma smartgov.cm-loule.pt);-----

h)- Apreciação da Informação relativa à Prorrogação do prazo do Procedimento de Revisão do Plano Diretor Municipal de Loulé (PDM); [Proposta da Câmara Municipal n.º 883-2020] (plataforma smartgov.cm-loule.pt);-----

O Senhor Presidente da Assembleia, deu por terminada a sessão, e nada mais havendo a registar, foi lavrada a presente Ata, que depois de discutida e aprovada será assinada nos termos legais e regimentais.-----

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA _____

A 1ª SECRETETÁRIA _____

A 2ª SECRETÁRIA _____

recebida de acordo com o protocolo
de 31.7.2020
Penate - e para Reino Luís Almeida
31.7.2020

PROPOSTA DE RECOMENDAÇÃO

Nos termos do a aliena d) do n.º 1 do artigo 29.º do Regimento da Assembleia Municipal de Loulé, vem a bancada do Partido Social Democrata apresentar a seguinte proposta de recomendação, relativamente à proposta Camarária n.º 998-2020 DMADS:

REGULAMENTO MUNICIPAL DO DIREITO À HABITAÇÃO DO MUNICÍPIO DE LOULÉ.

Uma das expressões mais evidentes da pobreza e de exclusão social, diz respeito à impossibilidade de aceder à habitação.

Ter casa para morar, de forma condigna, é um direito que a todos os portugueses lhes assiste, mas também é, simultaneamente, uma das incumbências do Estado quer central quer local, que tem o dever Constitucional de assegurar condições de habitabilidade ao nível das infraestruturas básicas aos cidadãos, como direito consagrado, mas também como patamar essencial e sustentado de coesão social, e territorial.

A falta de habitação no Município de Loulé, tem sido uma das preocupações, para a qual, o PSD Loulé, através da sua bancada na Assembleia Municipal, nos últimos 3 anos, de forma reiterada, tem alertado o executivo municipal para os problemas sociais e económicos que daí advém, e que, neste período, têm impedido o desenvolvimento económico e social, harmonioso no Município de Loulé.

A consagração do Regulamento Municipal de Direito à Habitação no Município de Loulé, é na realidade um pequeno passo, um pequeno contributo, para o longo caminho, que este Município tem de percorrer, até que consiga alcançar um patamar mínimo ao nível da coesão social, mas para o qual, não pode esta Bancada Municipal, deixar de se congratular pela sua feitura.

Não obstante, consideramos, que não basta esboçar grande ideias, optimas peças documentais, mas que a final, não têm nenhuma repercussão, nenhum efeito no tecido económico e social do nosso município.

Neste sentido, e pelo anteriormente exposto vem o Grupo Municipal do PSD Loulé, recomendar ao executivo Municipal, que rapidamente concretize as ações de que é responsável na estratégia local de habitação, como promotor direto das soluções habitacionais ou em quaisquer outras matérias da sua competência aí previstas, para que este regulamento não passe de um mero panfleto político, mas sim um verdadeiro plano municipal de Habitação.

Loulé, 31 de julho de 2020.

